



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0000187-67.2022.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 1ª Vara Criminal do Juízo de Guarapari/ES - Comarca da Capital

JUIZ TITULAR: Dr. Erildo Martins Neto

ASSUNTO: Correição Virtual – 2022

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

1ª VARA CRIMINAL DO JUÍZO DE GUARAPARI/ES – COMARCA DA CAPITAL

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **1ª Vara Criminal do Juízo de Guarapari/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 045/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 20/06/2022.

1. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **1ª Vara Criminal do Juízo de Guarapari/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juiz Responsável

Juiz	Vínculo	Ato
Erildo Martins Neto	Titular	nº 377/2022 - 12/09/2022

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 23/09/2022)

Ademais, registra-se que também possuem designação para responder pela 1ª Vara Criminal do Juízo de Guarapari/ES, os seguintes Magistrados:

Juiz	Vínculo	Ato
Eliezer Mattos Scherrer Junior	Designado	Ofício DM nº 107/2022 - 21/01/2022
Diego Ramirez Grigio Silva	Designado	Ofício DM nº 873/2022 - 08/06/2022
Douglas Demoner Figueiredo	Designado	Ofício DM nº 248/2022 - 09/02/2022

Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Solimar Rogério de Oliveira	Analista Judiciário - QS - Escrivão Judiciário	-
Luiz Renato Silvan Nogueira	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituto - Ato nº 306/2020 - 10/07/2020
Isadora Barbosa Mato Grosso	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 23/09/2022)


Servidores à disposição de outras Unidades

Servidor (a)	Cargo	Observação
Flávia Boldi Pinto	Analista Judiciário -AJ - Direito	Respondendo pelo cargo de Chefe da Contadoria de Guarapari - Ato nº 269/19 em 10/04/2019.

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 23/09/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária** para a 1ª Vara Criminal do Juízo de Guarapari. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **incompleto**, não atendendo a previsão mínima estabelecida em lei.

Entretanto, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no *site* do Tribunal de Justiça¹, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 02 (dois) servidores e a lotação paradigma é de 03 (três) servidores, vejamos:

<div>  TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO </div>										
<div> TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Graus do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Referência: 01 de janeiro de 2022 </div>										
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO DIRETO DO PJES										
Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISICÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO	LOTAÇÃO REAL DE OUTROS SERVIDORES DE UNIDADES PRIVATIZADAS	ASSESSOR DE JUIZ
1	C - CRIMINAL	1ª VARA CRIMINAL	ES	GUARAPARI	3	2	0	1	0	0

1 Disponível em: http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf . Consulta realizada em 23/09/2022.

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de 2020	349	29
Janeiro a dezembro de 2021	344	29

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 23/09/2022)

Evolução do acervo

Ano	Acervo
2020	1.266
2021	1.273

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 23/09/2022)

Acervo atual

	Setembro 2022
Total	1.441
Suspensos ou sobrestado	213
Arquivados provisoriamente	0
Tramitação ajustada	1.228

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos conclusos	91	82
Conclusos para sentença há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para decisão há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para despacho há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para ato diverso há mais de 100 dias	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 23/09/2022)

Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	265	227
Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses	69	107

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 23/09/2022)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 23/09/2022)

Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	41	335

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 23/09/2022)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	52	36

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 23/09/2022)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 23/09/2022)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	15	36

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 23/09/2022)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	03	08

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 23/09/2022)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS**Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)**

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
134,9 %	Meta cumprida

Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
101,7 %	Meta cumprida

Meta 8 CNJ/2021 (Feminicídio e Violência Doméstica)

Identificar e julgar, até 31/12/2021: 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.

Percentual obtido	Resultado
100 %	Meta cumprida

7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 22/06/2022, revelou a existência de **91 (noventa e um)** processos em gabinete para análise, não havendo processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta realizada no dia 23/09/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve uma pequena redução, totalizando 82 (oitenta e dois) processos, permanecendo sem registro de excesso de prazo de conclusão.

No que se refere à designação de audiências, verifica-se que das **227 (duzentas e vinte e sete)** audiências designadas, **107 (cento e sete)** encontram-se acima do prazo regulamentar, algumas já provisionadas para o mês de **março de 2025**.

Em suas informações, o MM. Juiz designado para responder pela Unidade, Dr. Eliezer Mattos Scherrer Junior, esclareceu que a Unidade possui competência para processar e julgar crimes dolosos contra vida e tráfico ilícito de entorpecentes, sendo uma unidade com muitos réus presos. Ademais, registrou que, com a pandemia, houve um atraso na realização das audiências, somado ao fato de ter removido da referida Unidade, em 07/01/2022, o que justificou redesignação de algumas audiências.

Não obstante, o MM. Juiz registrou que em 12/09/2022, o Dr. Erildo Martins Neto foi titularizado na respectiva Unidade através de remoção. Desse modo, verifica-se que atualmente a Unidade conta com um Juiz Titular, sendo possível readequar a pauta de audiências.

Diante da situação apresentada, mostra-se necessário que o Juízo adote, com urgência, as medidas necessárias para a readequação da pauta de audiências e Jüris, visando reduzir o tempo entre a designação e a realização dos referidos.

Ademais, em consulta à relação de presos provisórios, foram detectados **48 (quarenta e oito) processos com data de revisão vencida**, os quais deverão ser prontamente reavaliados e lançados no sistema.

Por fim, registra-se o bom desempenho da Unidade quanto ao cumprimento das Metas CNJ, cujo percentual obtido no ano de 2021 foi de 134,9% para Meta 1, 101,7% para Meta 2 e 100% para Meta 8.

7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correição, foi possível verificar uma piora quanto às pendências referentes aos processos sem movimentação há mais de 100 dias, processos em carga externa por prazo excessivo e mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça.

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 dias, o quantitativo **subiu de 41 (quarenta e um) para 335 (trezentos e trinta e cinco) feitos**.

Desse modo, deve a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Quanto aos processos em carga externa por prazo excessivo, o MM. Juiz Designado, Dr. Eliezer Mattos Scherrer Junior, registrou que muitos deles estavam em carga para o Ministério Público e a maioria era referente a réus soltos, tendo o Sr. Escrivão diligenciado para devolução dos autos. Contudo, analisando a listagem atualizada, verifica-se que constam atualmente **36 (trinta e seis) feitos** nesta situação.

Assim, recomenda-se à secretaria que mantenha o controle efetivo sobre os processos em carga, com

cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

Com relação aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça há mais de 30 (trinta) dias, compulsando a listagem atualizada, extraída em 23/09/2022, infere-se que **08 (oito) mandados** permanecem sem devolução, sendo que alguns já contam com mais de 70 (setenta) dias de distribuição.

Assim, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XIX, do artigo 439 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos ao Magistrado, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

8. DETERMINAÇÕES

8.1 Ao Juiz Titular

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<u>Encaminhe</u> impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade; <u>Adote</u> , doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;
Audiências designadas para mais de 4 meses	<u>Adote</u> as medidas necessárias para a readequação da Pauta de Audiências e Júris da Unidade, visando reduzir o tempo entre a designação e a realização dos referidos;
Presos Provisórios	<u>Reavalie</u> , as medidas restritivas de liberdade vencidas, constantes do relatório de presos provisórios; <u>Monitore</u> , regularmente, os processos em que decretada a prisão preventiva e promova sua revisão a cada 90 (noventa) dias, declinando fundamentos relevantes para a manutenção da segregação, sob pena de tornar ilegal a prisão.

8.2. Ao Escrivão Judiciário

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Processos paralisados há mais de 100 dias	<u>Trabalhe</u> efetivamente todos os processos paralisados inadequadamente em cartório há mais de 100 dias, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais, nos termos do artigo 153 do CPC;
Juntada de petições	<u>Regularize</u> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária; <u>Observe</u> , doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando

	da juntada física;
Mandados expedidos	<u>Mantenha</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos <i>mandados judiciais expedidos</i> , em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <u>procedendo</u> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XIX, do artigo 439 do Código de Normas;
Processos em carga externa	<u>Providencie</u> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo; <u>Adote</u> , no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo.

9. ORIENTAÇÕES GERAIS

9.1. Ao Juiz Titular

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Suspeição e Impedimento	<u>Observe</u> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;
Processos físicos	<u>Utilize</u> os atos <i>judiciais</i> <i>dinâmicos</i> (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema <i>e-JUD</i> , evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

9.2. Ao Escrivão Judiciário

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Juntada de petições	<u>Proceda</u> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85);
Processos em carga	<u>Relacione</u> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <u>promova</u> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas;
Observância aos comandos	<u>Fiscalize e implemente</u> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> evitando-se com isso

exarados pelo Magistrado	determinações lançadas pelo Magistrado, evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual;
Processos aptos ao arquivamento	<u>Arquive</u> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **1ª Vara Criminal do Juízo de Guarapari/ES** necessita se adequar aos padrões delineados no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações ao Sr. Escrivão Judiciário para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Ao Juiz Titular, recentemente removido para a Unidade ora correicionada, foi determinado que adote as medidas necessárias para a readequação da Pauta de Audiências e Júris da Unidade, visando reduzir o tempo entre a designação e a realização dos referidos, bem como reavalie as medidas restritivas de liberdade vencidas, constantes do relatório de presos provisórios.

Por fim, foi determinado ao Magistrado que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 23 de setembro de 2022.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 27/09/2022, às 16:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1326266** e o código CRC **6EF9931E**.